



A culpa pelo
fracasso
escolar

Por que
NÃO
aplicar o
SAERJ?



Sou Professor:

Não sou aplicador de provas! Não treino aluno! Não co-
leto e nem processo dados! Não sou fiscal de provas!

Minha função é Ensinar!



A quantificação na educação pretende esconder a sua privatização

Ensinar não é o mesmo que treinar

A centralização da “qualidade” do ensino em metas pré-estabelecidas ou em elementos quantificáveis, camufla de forma trágica e maliciosa, a real situação da educação no Brasil.

A educação não é feita a partir de alunos acertando questões de “múltipla escolha” numa prova. Os governos admitem isso de maneira formal (para cumprimento de lei) em seus Planos Curriculares. O PCN, por exemplo, fala em “Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais...” o que certamente não pode ser feito com treinamentos e intensivos preparatórios para provas. Treinar alunos a marcarem cruzes, não é o mesmo que ensinar.

O certo é que a real intenção dos programas de avaliação de desenvolvimento educacional, é a de privatizar a educação pública, responsabilizando o professor pelo fracasso das escolas. E dessa forma atrelar seu salário e reajustes salariais ao desempenho de seus alunos. Assim, o governo retira de si a responsabilidade com a educação e os conseqüentes investimentos que deveria fazer para alcançar qualidade e entrega estas verbas nas mãos da iniciativa privada.



Elaboração do projeto pedagógico é garantido na LDB:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Segundo a LDB, um dos princípios para o respeito às peculiaridades locais, seria o de garantia que o professor participasse da elaboração do PPP de sua escola. Este princípio tem como base o respeito às especificidades locais e a autonomia pedagógica.

A LDB também se pronuncia em relação ao tipo de avaliação de verificação de rendimento:

“Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:”

“V - a verificação do rendimento escolar observará os critérios:

*a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com **prevalência dos aspectos qualitativos** sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;”*

Fica claro então que a avaliação não se dá a partir de uma prova, mas de observações cumulativas do desempenho do aluno. E ainda reforça que os aspectos qualitativos prevalecerão sobre os quantitativos e sobre os resultados de eventuais provas finais.

Veja o que mais diz a LDB quanto aos nossos direitos:

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

Prova Brasil, SAERJ e SAERJINHO

O que são?



Professor não é coletor de dados!

A prova Brasil ou o SAERJ (SAERJinho), como admitem os governos em suas definições, ***são avaliações externas para diagnóstico em larga escala.*** O Saerjinho é uma espécie de “simulação” preparatório para o SAERJ e prova Brasil.

Todas têm caráter de provas externas para coletas de dados. Como a coleta de dados não é parte de nossas atribuições, nenhum professor pode ser obrigado a aplicar provas externas.

O professor é competente em avaliar o aluno com o qual trabalha. A partir de seus próprios mecanismos de avaliação e gozando do direito de autonomia, é este profissional quem está gabaritado a elaborar as provas necessárias para avaliar seus alunos.

■ **Se o governo quer, de fato, saber do desenvolvimento pedagógico dos alunos, que recorra aos conceitos estipulados pelas escolas e seus professores.**

■ **Se quer fazer levantamentos de dados, que pague profissionais para isso.**



“As provas padronizadas testam apenas habilidades e não conhecimento. Não exigem capacidade de pensar, mas sim de pensar para o teste. Muitas crianças passam nas provas, mas ainda não sabem ler ou fazer exercícios de matemática com competência...” (Diane Ravitch, ex-secretária de educação Americana do governo Bush)



Sob orientação do Banco Mundial, Brasil copia política que destruiu a educação americana

Fracasso nos EUA, obrigatório no Brasil

O sistema de avaliação elaborado pelos governos há pelo menos uma década, é cópia da política americana de meritocracia. Veja trecho do prefácio do livro “Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano”, de Diane Ravicht, ex secretária do governo Bush, implementadora da meritocracia e que hoje admite o fracasso dessa política:

“Tenta-se impor à educação os métodos gerenciais praticados nas empresas, o que significaria submeter a formação humana aos ditames do mercado, ao cálculo de custos. Esses propósitos ideológicos não levam em conta que o objeto da produção empresarial é completamente distin-

to do objeto da escola. O objeto da empresa produz coisas físicas, enquanto o objeto da educação é também sujeito, um conjunto de pessoa que tem história, que sente dor, prazer, que chora, que tem alegria, cultura, subjetividade, razão e emoção.”

A política americana levou à privatização das escolas, ao fechamento de várias delas e a demissão de centenas de profissionais. Além do adoecimento de muitos profissionais que sofriram humilhações públicas.



O que por lei é considerado atribuição do professor?

Veja os pontos do **artigo 13º**

da LDB que descrevem
nossas atribuições:

**Art.13. Os docentes
incumbir-se-ão de:**

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

Plano de metas e provas externas não são parte da proposta pedagógica elaborada pelas escolas

As propostas pedagógicas das escolas não mais existem. O professor não tem autonomia para elaborá-las. A farsa da proposta pedagógica é montada desde o governo que substituiu este projeto que pertence à comunidade escolar, pelo projeto de metas e desempenho. O descumprimento da lei se dá a partir daí. A substituição do pensar e fazer pedagógico e político, pela obrigatoriedade do cumprimento de metas e currículos estabelecidos pelo governo e que passam longe da discussão democrática das escolas.

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

Este ponto do artigo 13 vem sendo negligenciado enquanto um direito. O direito de elaborar o nosso planejamento segundo as discussões político/pedagógicas de nossa escola. O autoritarismo e a contínua interferência da SEDUC, vêm através do currículo mínimo, metas e orientações informais, retirando a autonomia na elaboração do nosso plano de trabalho. A “ordem” é treinar os alunos para que façam boas provas externas. Além disso, o tempo para real planejamento escasso. Quando ele existe, é utilizado para reuniões que reproduzem os ditames do governo ou para preenchimento de papéis, correções de provas, preenchimento do conexão educação etc.

Obrigatoriedade de aplicação do SAERJ, é assédio moral!!!



Lei nº 3921, de 23 de agosto de 2002, Art 2º - Parágrafo único - O assédio moral no trabalho, no âmbito da administração pública estadual e das entidades colaboradoras, caracteriza-se, também, nas relações funcionais escalões hierárquicos, pelas seguintes circunstâncias:

...determinar o cumprimento de atribuições estranhas ao cargo do servidor...

É inconstitucional, obrigar o professor a exercer atividades além das suas atribuições.

Nas matrizes de referência para o Saerj, o governo arrisca estabelecer a obrigatoriedade do aplicador das provas. Veja o texto:

“Aplicador: Essa função será exercida por profissional da educação da própria escola. Este funcionário terá como atribuições receber malote, organizar a sala, aplicar a prova e corrigi-la, entregar seu gabarito ao diretor, entregar o material da avaliação ao diretor, dentre outras atividades correlatas. Esta atribuição não será remunerada.”

Somos professores e não consta entre nossas atribuições, a de aplicador de prova externa, pesquisa, levantamento de dados ou nenhum outro mecanismo de avaliação externa.

Professor não é aplicador!

Estatuto do servidor estadual proíbe a obrigatoriedade de acúmulo de função:

Os artigos 151, 155, 158, 172 e 173 regulamentam a inexistência do acúmulo de funções, sem que o servidor concorde, receba para isso e cumpra o serviço extraordinário fora do seu horário de trabalho.

Liberdade não tem preço. Liberdade se conquista. Sem liberdade não se cria. Como dizia Paulo Freire Educação tem que ter a prática da liberdade. O SAERJ e o plano de metas destrói a liberdade para ensinar e aprender. Valoriza a cultura autoritária.

O SAERJ valoriza a competição em detrimento a solidariedade. Coloca professor contra professor, pois para ganhar a bonificação precisa derrotar os professores de outras escolas. Coloca aluno contra aluno para garantir o primeiro lugar e o lep top.

Ajuda na corrupção com o desvio de verbas públicas para o setor privado. O governo pagou empresas para consultoria e para programas de uma universidade de Minas Gerais. O sucesso do SAERJ representa o sucesso desses desvios de verbas.

Isso faz falta nos salários, no cumprimento do plano de carreira, nos materiais realmente necessários como xerox, ônibus para excursões escolares organizadas pelos professores.

Esvazia a escola de objetivos, democracia, criatividade, espírito crítico. Tudo se restringe a cumprir metas que os professores não fizeram e que alunos e pais não foram ouvidos.

Aplicar o SAERJ ou qualquer outra prova externa, é admitir-se como responsável pelo fracasso escolar, cujo verdadeiro responsável é o governo, seus interesses excusos e sua política privatista e de favorecimento à iniciativa privada.

Diga não ao SAERJ!

O que me preocupa não é o grito dos maus. É o silêncio dos bons.
Martin Luther King